



ESTADO, POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO E DESIGUALDADES EDUCACIONAIS NO MÉXICO*

STATE, ASSESSMENT POLICIES AND EDUCATIONAL
INEQUALITIES IN MEXICO

ESTADO, POLÍTICAS DE EVALUACIÓN Y DESIGUALDADES
EDUCATIVAS EN MÉXICO

Leticia Pons Bonals¹

INTRODUÇÃO

O propósito deste capítulo é questionar a forma como se apresentam as ações e resultados das avaliações das políticas públicas do Estado mexicano orientadas à diminuição das desigualdades educacionais a nível regional. Sustenta-se no fato de que, nos documentos que formulam estas políticas, assim como nos que as avaliam, reproduzem-se lugares comuns em torno de um suposto desenvolvimento que sempre está por vir, e que pouco impacta na mudança regional e nos projetos de vida dos cidadãos mexicanos que vivem em condições de pobreza e marginalização social.

Neste sentido, a crítica que aqui se realiza ao discurso plasmado nos documentos oficiais nos quais se formula e nos quais se informa sobre a avaliação dos resultados das políticas públicas, convida a transcender o texto da forma que Angenot (1998, p. 23) propõe, para situar o leitor nas possibilidades de “su aceptabilidad, su eficacia, medir sus encantos [...] [lo que] produce en sus destinatarios de elección. Esta crítica engloba, pues, los *habitus* de producción y consumo de tales discursos y de tal tema, las disposiciones activas y los gustos receptivos [...]”.

A exposição deste trabalho contempla, na primeira parte, a apresentação dos argumentos que o guiam; na segunda expõem-se alguns conteúdos dos *Planes Nacionales de Desarrollo 2007-2012* e *2013-2018* que ressaltam a relação desenvolvimento regional-educação, a qual é ponto nodal em uma retórica que insiste em apresentar uma relação simplista e causal. Na terceira parte se revisam alguns resultados apresentados pelo *Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social* (CONEVAL) nos relatórios das avaliações realizadas em 2008, 2012 e 2014, nos programas de melhora da educação, e nos quais se repete o mesmo esquema. Nas conclusões se evidencia a existência de um “gasto”

* Texto original em espanhol. Tradução realizada pela Mestranda em Educação Hildegard Susana Jung, do PPGEduc da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, Campus de Frederico Westphalen/RS. Bolsista Prosup/Capes.

¹ Professora da Universidad Autónoma de Chiapas. E-mail: lpons@unach.mx

Recebido em: 21/08/2015 – Aceito em: 04/10/2015

discurso que não convence e que contribui muito pouco para a compreensão dos múltiplos efeitos das relações entre desenvolvimento regional e educação.

FORMULAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM TORNO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E A EDUCAÇÃO

Para iniciar, é conveniente mencionar a definição de políticas que se assume neste trabalho:

Una política es un comportamiento propositivo, intencional, planeado, no simplemente reactivo, casual. Se pone en movimiento con la decisión de alcanzar ciertos objetivos a través de ciertos medios: es una acción con sentido... es el resultado de toda una serie de decisiones y acciones de numerosos actores políticos y gubernamentales... es entonces un proceso, un curso de acción (...) que involucra todo un conjunto complejo de decisores y operadores, más que una decisión singular, suprema e instantánea...no es sólo una decisión. Es, ante todo acción, un conjunto de acciones... No solo lo que el gobierno dice y quiere hacer. También lo que realmente hace y logra (AGUILAR VILLANUEVA, 1992b, p. 25).

Entende-se que a formulação e implementação das políticas públicas, aquelas que um Estado impulsiona através das diferentes ordens de governo e de administração pública, é resultado da confrontação de forças que, em um momento determinado, torna possível a explicitação de um projeto de nação que se apresenta como hegemônico. Na construção deste projeto se conjugam elementos técnico-rationais, assim como funções, estruturas e relações próprias da administração pública que se colocam em jogo, assim como acordos que são produto de negociações e alianças entre grupos de poder. Mas as políticas públicas são também, e este é o assunto do qual se ocupa este trabalho, um ato de comunicação persuasiva que se assenta em argumentos e evidências, buscando tanto a aceitação dos grupos sociais aos quais se dirige quanto o consenso geral que respalda as decisões tomadas e as ações impulsionadas.

As políticas públicas são resultado de um exercício de planejamento que tem se especializando desde meados do século XX e para cuja análise diferentes enfoques têm sido propostos. Aguilar Villanueva (1992b) propõe a seguinte classificação: os de escolha racional, os organizativos e os burocráticos. Na prática, observa-se que elementos destes enfoques vêm se recuperando e confluem nos documentos nos quais se consignam os fins e os resultados das políticas públicas, apresentando-se atendendo a supostas análises racionais onde se fixam os objetivos e meios (incluindo ações, estratégias, instrumentos de avaliação, entre outros) mais inclinados a atender os problemas detectados (modelo da escolha racional); se planeja sua execução através da estrutura da administração pública (modelo que entende a política como um produto organizacional), que inclusive pode modificar-se para atender ao cumprimento das ações planejadas e responde a acordos, negociações ou imposições que se estabelecem entre as forças políticas presentes no momento de sua elaboração (modelo que entende a política como resultado político).

Levando isto em conta, nos tópicos seguintes revisam-se as concepções que guiam a relação desenvolvimento regional-educação na formulação e na avaliação dos resultados das políticas públicas implementadas durante o atual (2012-2018) e o anterior governo (2006-2012).

No México, o documento marco da política pública é o *Plan Nacional de Desarrollo* (PND) que se integra a cada sexênio, atendendo às mudanças na chefatura do Estado. De cada plano derivam os programas setoriais e outros que atendem a propósitos específicos e prioritários. Entre as concepções apresentadas nestes planos se destaca a relação estabelecida entre desenvolvimento regional e educação, à qual se recorre constantemente em diversas partes dos PND sob o pressuposto de que a melhora da educação supõe o desenvolvimento, já que um país desenvolvido é sinônimo de um país educado.

Esta velha fórmula aparece como uma panaceia para a formulação da política pública educacional e pode ser encontrada em escritos da década de 1960, como os de Medina Echevarría (1967), nos quais a educação começa a ser percebida como um fator do desenvolvimento econômico. Menciona-se, desde então, a partir da teoria do capital humano de Schutz (1968), que a educação é um investimento que deve orientar-se para a formação dos quadros profissionais que a consolidação de uma estrutura produtiva planejada demanda com base em objetivos claros. Estamos assistindo, pois, à época do “planejamento”, na qual “las necesidades de los países subdesarrollados pueden cubrirse [...] [ya que] su solución depende de un cierto número de factores, pero existe una relación entre esos factores y la solución podrá encontrarse sólo si se reconoce [...] y se planifica dentro de bases regionales” (GINSBURG e URIBE, 1958, p. 789). A educação é percebida, desde então, como um fator de desenvolvimento econômico.

A década de 1980 dará uma virada às expectativas do planejamento, sem que isto implique seu desaparecimento; trata-se, sobretudo, de sua adequação e precisão técnico-instrumental para ser submetida a escrutínio. A crise econômica dá passagem à imposição de um modelo econômico neoliberal que se traduz em

la cancelación de programas, la privatización y desincorporación de empresas públicas, la des(re)gulación, la suspensión o recorte de gasto público, la innovación en las formas de asignar los recursos públicos, la descentralización, la corresponsabilidad ciudadana en la gestión pública... se redefinen los linderos del ámbito político y del ámbito privado; cuáles asuntos alcanzan el rango de interés público y de agenda de gobierno... se descartan o devalúan ciertos asuntos o intereses, se alteran los patrones de interlocución y los canales de acceso, pierden significado ciertas prácticas de representación... Ocurre una redistribución del poder político y un reacomodo de la cultura política a consecuencia de la reducción, el reajuste, el “adelgazamiento” del estado (AGUILAR VILLANUEVA, 1992a, p. 19).

Assistimos, então, ao surgimento do Estado avaliador e à criação de instâncias responsáveis por auditar os programas que emergem das políticas públicas mediante a “sustitución de métodos de control directo por técnicas liberales de control indirecto, que pueden ser más eficaces como elementos ejecutivos del Estado [...] [como lo es] la auditoría

de la relación calidad/precio” (ELLIOT, 2002, p. 5-6). Desta forma, os programas derivados das políticas públicas são submetidos a complexos sistemas de avaliação que partem da definição de indicadores estandardizados que tornam possível avaliar (medir) os produtos obtidos. Não é de estranhar que o lema do organismo responsável pela avaliação dos programas de atendimento social atualmente no México, o *Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social* (Coneval), seja: “o que se mede, se pode melhorar” (CONEVAL, 2015).

O que se comunica nos PND 2007-2012 e 2013-2018, assim como nos Relatórios do Coneval publicados em 2010, 2012 e 2015, dá conta de um discurso circular no qual o ponto de chegada é o ponto original de partida, alinhado com fórmulas complexas que pretendem medir, cada vez com maior precisão, os fatores que impedem o desenvolvimento da nação; neste discurso, a educação (traduzida em indicadores de cobertura, eficiência, vinculação com o setor produtivo e mais recentemente qualidade) é sempre um fator determinante do desenvolvimento (medido em termos econômicos) das regiões do México, a partir do qual se explica a prevalência de fortes desigualdades sociais.

EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL NOS PND

Os PND são documentos que regem a política pública, redigidos com a finalidade de conduzir as ações que permitirão o desenvolvimento da nação. Em suas páginas se descobrem as leituras que o governo que está no poder faz da realidade, assim como as intenções que tem para modificá-la e orientar o futuro da nação; neles se apresenta um país, neste caso o México, que é imaginado a partir de sua história e a posição que ocupou no passado, que ocupa atualmente e que pode ocupar futuramente na arena internacional.

As narrativas oficiais acerca deste México imaginado recuperam tanto legados coloniais, como relatos que vão se incorporando a partir das relações que se estabelecem com outros países para ir configurando aquilo que pode constituir uma identidade nacional ou regional. Para García Canclini (1999, p. 93), “hay que seguir tratando con esas narrativas y metáforas porque son recursos internos de cohesión en cada grupo, en cada nación, y sirven para comunicarse con los demás”; são, no final das contas, um espaço de intervenção política que oferece um sentido determinado a seguir, mas é necessário revisar para onde nos conduz esse sentido.

Nos discursos que se constroem sobre o México atual nos PND encontra-se presente a aspiração de posicionar o país na órbita mundial. O PND 2007-2012 inicia afirmando: “en el Siglo XXI, México enfrenta desafíos importantes. La constante evolución del entorno mundial y el cambio tecnológico acelerado implican nuevos retos y oportunidades” (Gobierno de los Estados Unidos Mexicanos, 2007, p. 23), e se constroi uma visão para 2013 na qual existe “un país con un desarrollo sustentable...; una nación plenamente democrática en donde los gobernantes rinden cuentas claras a los ciudadanos...; una nación que ha consolidado una relación madura y equitativa con América del Norte y ejerce un liderazgo en América Latina” (Gobierno de los Estados Unidos Mexicanos, 2007, p. 25).

O PND 2013-2018 começa considerando que “la planeación del desarrollo está encuadrada por el contexto internacional que se vive y por la historia y evolución reciente de nuestra economía” (Gobierno de los Estados Unidos Mexicanos, 2013, p. 14); as mudanças econômicas e políticas, assim como os avanços nas tecnologias da informação “abren una ventana en el escenario internacional para que países emergentes jueguen un papel más destacado” (Gobierno de los Estados Unidos Mexicanos, 2013, p. 14).

Também se encontra presente nas imagens do México construídas nos PND a representação de um país multicultural com diferenças estruturais que marcam suas distintas regiões. Em matéria de educação, a aceitação destas desigualdades regionais se torna evidente, assim como a destinação de tarefas específicas ao sistema educativo nacional com vistas a “reduzir as desigualdades regionais”, o que é um propósito central do PND 2007-2012, ou “ampliar as oportunidades de acceso à educação em todas as regiões”, que aparece no PND 2013-2018.

Desenvolvimento regional e educação no Plan Nacional de Desarrollo 2007-2012

O PND 2007-2012 está estruturado em cinco eixos principais: “1. Estado de Derecho y seguridad, 2. Economía competitiva y generadora de empleos, 3. Igualdad de oportunidades, 4. Sustentabilidad y 5. Democracia efectiva y política exterior” (Gobierno de los Estados Unidos Mexicanos, 2007, p. 11).

As concepções em torno do desenvolvimento regional se apresentam pontuais, ainda que não exclusivamente, no item que leva por título: *2.9 Desarrollo regional integral*. Neste, se admite a persistência de fortes desigualdades regionais no interior do país, cujo atendimento deverá concertar as ações do “Gobierno federal y todos los niveles del gobierno que constituyen cada región [para que] puedan colaborar, de manera eficiente, en establecer condiciones conducentes a la mayor competitividad y desarrollo en todo el territorio nacional” (Gobierno de los Estados Unidos Mexicanos, 2007, p. 121).

A superação dos desequilíbrios regionais constitui-se o objetivo 13 do eixo 2 (*Economía competitiva y generadora de empleo*) do PND 2007-2012, a partir do qual se sugerem sete estratégias orientadas a fomentar mecanismos de coordenação intergovernamental, formar os servidores públicos, apoiar pequenas e médias empresas em setores de alto impacto regional, assegurar uma infraestrutura que fortaleça os mercados regionais, promover um sistema que facilite o acesso ao crédito aproveitando o orçamento para o desenvolvimento, considerar a dimensão espacial e características de cada região para a formulação de programas e políticas públicas, assim como baratear o custo com o envio de remesas que sejam utilizadas para o investimento produtivo nas regiões receptoras.

Por outro lado, o tema pontual da educação é abordado no item que leva por título *3.3. Transformación educativa*, no qual se apresentam os números que dão conta de um sistema

educativo nacional de grande magnitude e complexidade no qual participaram, no ano de 2006, “1.7 millones de maestros y 32.3 millones de alumnos congregados en 238 mil escuelas, además de 3.7 millones de personas atendidas en programas de educación especial, de adultos y sistemas abiertos” (Gobierno de los Estados Unidos Mexicanos, 2007, p. 177).

De acordo com os dados oferecidos pelo PND 2007-2012, os indicadores educativos mostram, para 2006, uma cobertura de 100% na educação fundamental e avanços significativos no ensino médio, assim como uma escolaridade média de 9,7 anos para as pessoas que se situam no grupo de 15-24 anos de idade. Entretanto, destacam-se dois problemas: o primeiro é a “falta de oportunidades de gran parte de la población para acceder a una educación de calidad, y a los avances en materia de tecnología e información” (Gobierno de los Estados Unidos Mexicanos, 2007, p. 177), e o segundo é a desvinculação da educação média superior² e superior com o setor produtivo. Adicionalmente, para a educação superior se observa que somente acessam este nível educativo um em cada quatro jovens entre 18 e 22 anos de idade, “manteniendo una cobertura de 25%, una concentración en carreras del área administrativa y un porcentaje mínimo (de sólo 6% del total de alumnos de este nivel) inscrito en programas de posgrado” (Gobierno de los Estados Unidos Mexicanos, 2007, p. 178-179).

Com respeito ao primeiro destes problemas, a desigualdade escolar regional, observa-se que há localidades como *Baja California* onde o índice de analfabetismo é de 1%, enquanto que em *Chiapas* este alcança os 7,7%.

Caberia observar que *Chiapas* é uma região na qual habitam diversos povos originários herdeiros da antiga cultura Maia. No Atlas etnográfico afirma-se que os povos indígenas de *Chiapas* (*lacandones, tojolabales, choles, tzeltales, tsotsiles, jacaltecos, kanjobales, mames, mochos, zoques e motocintlecos*) representam 28,5% da população chiapaneca e são falantes de 22 línguas indígenas (NOLASCO, 2008). Estes grupos se distribuem ao longo da localidade, ainda que tenham sua concentração principal na região *Altos* (o grupo *tzeltal* e *tsotsil*), na região *Valles* (o grupo *zoque*), na região *Maya* e *Selva lacandona* (o grupo *lacandón*), na região *Tulijá* (o grupo *tseltal* e *chol*) e na região *Meseta comiteca* (o grupo *tojolabal*). As condições de vida nas localidades indígenas dão conta das desigualdades socioeconômicas que existem nesta e em outras regiões do país.

No PND 2007-2012 se afirma que o sistema de educação indígena apresenta

severas deficiencias en la calidad de los servicios, que se traducen en bajos niveles de eficiencia terminal y resultados claramente inferiores a los promedios nacionales. Las dificultades que se presentan en el sector tienen que ver con la escasez de maestros bilingües, la presencia de alumnos que hablan diferentes lenguas en un

² Nota da tradutora: “O ensino médio superior é conhecido como pré-universitário (*bachillerato*) ou preparatório e é realizado por um período de três anos, geralmente divididos em semestres. Para aceder a este nível é necessário contar com o certificado do ensino secundário e apresentar também regularmente um exame de admissão.” Disponível em: <http://universidades-ibero-americanas.universia.net/mexico/sistema-educativo/estructura.html>. Acesso em 24.10.2015.

mismo grupo, así como el aislamiento y la marginación de las comunidades donde habitan (Gobierno de los Estados Unidos Mexicanos, 2007, p. 180).

Em matéria de educação, o PND 2007-2012 propõe seis objetivos (ver quadro 1) cujas estratégias contribuiriam para elevar a qualidade dos serviços e o impacto favorável no desenvolvimento da nação. Destaca-se aqui o objetivo marcado com o número 10, no qual se propõe reduzir as desigualdades regionais mediante a melhora dos processos educativos escolarizados. De maneira tangencial nos demais objetivos que correspondem à meta 3.3. do eixo 3 (*Igualdad de oportunidades*) se expressa o vínculo entre educação e desenvolvimento.

QUADRO 1. Transformação educativa.

DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS DO PND 2007-2012

OBJETIVO	DEFINIÇÃO	ESTRATÉGIAS
9. Elevar a qualidade educativa	Compreende os rubros de cobertura, equidade, eficácia, eficiência e pertinência... atende e impuliona “el desarrollo de las capacidades y habilidades individuales, en los ámbitos intelectual, afectivo, artístico y deportivo, al tiempo que se fomentan los valores que aseguren una convivencia social solidaria y se prepara para la competitividad y exigencias del mundo del trabajo” (Gobierno de los Estados Unidos Mexicanos, 2007, p. 182).	9.1. Impulsionar mecanismos sistemáticos de avaliação (de atores e processos)
		9.2. Capacitação de professores
		9.3 Atualização de programas de estudo
		9.4. Fortalecer o federalismo educativo
10. Reduzir as desigualdades regionais, de gênero e entre grupos sociais nas oportunidades educativas	O México se caracteriza “por elevados contrastes entre las familias y entre las regiones, es necesario apoyar a los estudiantes más rezagados de modo que estén en condiciones de aprovechar las oportunidades que ofrece la educación. Propiciar la igualdad de oportunidades educativas entre las dimensiones personal y regional [...]” (Gobierno de los Estados Unidos Mexicanos, 2007, p. 186).	10.1. Modernizar e ampliar a infraestrutura escolar (programas compensatórios para regiões mais atrasadas)
		10.2. Ampliar bolsas educativas para estudantes com menos recursos
		10.3. Fortalecer a alfabetização de adultos e o ensino aberto
		10.4. Promover a integração entre níveis para incidir na permanência dos estudantes no sistema educativo
11. Impulsionar o desenvolvimento e utilização de novas tecnologias no sistema educativo para inserir os estudantes na sociedade do	Uso das tecnologias “para lograr una presencia cada vez más exitosa de los ciudadanos en la sociedad global del conocimiento, incluyendo, desde luego, la educación y la capacitación a distancia y el desarrollo de una cultura informática” (Gobierno de los Estados Unidos Mexicanos, 2007, p. 188).	11.1. Uso de novas tecnologias no processo de ensino
		11.2. Impulsionar a capacitação dos professores no acesso e uso de novas tecnologias e materiais digitais
		11.3. Apoiar o desenvolvimento da conectividade em escolas, bibliotecas e lares

<p>conhecimento e ampliar suas capacidades para a vida</p>		<p>11.4. Transformar o modelo de <i>telesecundarias</i> (teleaulas) implementando novas tecnologias e um esquema interativo</p>
		<p>11.5. Promover modelos de educação a distância em nível médio superior e superior garantindo a qualidade tecnológica e de conteúdos</p>
		<p>11.6. Impulsionar o acesso dos planteis de todo o sistema educativo a plataformas tecnológicas e equipamentos mais modernos</p>
<p>12. Promover a educação integral das pessoas em todo o sistema educativo</p>	<p>Enfoque integral da educação que inclui “junto con las habilidades para aprender, aplicar y desarrollar conocimientos, el aprecio por los valores éticos, el civismo, la historia, el arte y la cultura, los idiomas y la práctica del deporte” (Gobierno de los Estados Unidos Mexicanos, 2007, p. 190).</p>	<p>12.1. Centralidade da comunidade escolar (trabalho conjunto entre autoridades, docentes, alunos e pais)</p>
		<p>12.2. Impulsionar a participação dos pais na tomada de decisões nas escolas</p>
		<p>12.3. Renovar o currículo de educação cívica e ética a partir da educação básica</p>
		<p>12.4. Estimular a educação sobre direitos e responsabilidades cidadãs</p>
		<p>12.5. Consolidar espaços seguros nas escolas e seus ambientes comunitários para que os estudantes não sofram violência</p>
		<p>12.6. Promover a educação da ciência a partir da educação básica</p>
		<p>12.7. Impulsionar oportunidades de participação em educação artística para os estudantes</p>
		<p>12.8. Promover as atividades físicas nos planteis escolares e o esporte em todo o sistema educativo</p>
		<p>12.9. Reforçar a educação para prevenir e conter condutas de risco entre crianças e adolescentes</p>
		<p>12.10. Desenho e instrumentalização de um sistema de informação que se converta em plataforma dos processos de tomada de decisões e se difunda na sociedade</p>
<p>13. Fortalecer o acesso e permanência no</p>	<p>“Es necesario impulsar un sistema que integre armónicamente a las distintas entidades oferentes de manera que la</p>	<p>13.1. Impulsionar programas permanentes de capacitação e profissionalização dos professores do sistema de educação média</p>

sistema de ensino médio superior, oferecendo educação de qualidade	heterogeneidad de planes y programas de estudio no dificulte la compatibilidad entre ellas y para que se enriquezcan las opciones de formación [...] [así como] una mayor vinculación con el sector productivo [...]” (Gobierno de los Estados Unidos Mexicanos, 2007, p. 194).	superior
		13.2. Revisar o marco regulamentário e instrumentalizar processos de avaliação no sistema de educação média superior
		13.3. Fortalecer o vínculo entre o sistema de educação média superior e o aparelho produtivo
		13.4. Impulsionar uma reforma curricular no sistema de educação média superior que permita avaliar sua qualidade e pertinência
		13.5. Consolidar um sistema articulado e flexível de educação média superior
14. Ampliar a cobertura, favorecer a equidade e melhorar a qualidade e pertinência da educação superior	A educação superior deverá promover “mayor equidad en la formación de ciudadanos, profesionales creativos y científicos comprometidos con su país y de competencia internacional... se buscará que dichas instituciones consoliden grupos de investigación capaces de generar conocimientos de vanguardia que sean útiles para generar desarrollo económico con justicia y equidad [...] buscarán fortalecer la identidad de México como nación, enriqueciendo y ampliando las culturas que la nutren con las aportaciones de todos los países” (Gobierno de los Estados Unidos Mexicanos, 2007, p. 196).	14.1. Criar novas instituições de educação superior, aproveitar a capacidade instalada, diversificar os programas e fortalecer as oportunidades educativas
		14.2. Flexibilizar os planos de estudo, ampliar apoios tutoriais e fortalecer programas de bolsas de estudos para grupos em situação de desvantagem
		14.3. Consolidar o perfil e desempenho do pessoal acadêmico e estender as práticas de avaliação e certificação para melhorar a qualidade dos programas
		14.4. Criar e fortalecer as instâncias institucionais e os mecanismos para articular, de maneira coerente, a oferta educativa, as vocações e o desenvolvimento integral dos estudantes, a demanda laboral e os imperativos do desenvolvimento regional e nacional.
		14.5. Melhorar a integração, coordenação e gestão do sistema nacional de educação superior

FONTE: Construído com base em informação do Governo dos Estados Unidos Mexicanos (2007). *Plan nacional de desarrollo 2007-2012*. México: Poder Ejecutivo Federal.

Óbvio que a leitura que se faz aqui dos itens do PND 2007-2012 concernentes ao desenvolvimento regional e a educação é parcial, entretanto, permite compreender as concepções limitadas e unilineares que se apresentam neste documento com respeito a esta relação. O primeiro, entendido como o incremento da capacidade produtiva (crescimento

econômico) de acordo com as necessidades de cada região, e o segundo, atendendo exclusivamente à ampliação da cobertura escolar.

A relação causal entre maior educação (escolarização) e desenvolvimento regional (crescimento econômico) se torna evidente em fragmentos como os que se transcrevem na sequência: “el rezago educativo de la juventud impide avanzar con un mejor ritmo en lo referente a crecimiento económico y superación de la pobreza” (Gobierno de los Estados Unidos Mexicanos, 2007, p. 180); “la educación es un gran motor para estimular el crecimiento económico, mejorar la competitividad e impulsar la innovación (Gobierno de los Estados Unidos Mexicanos, 2007, p. 184) e

En un México cada vez más competitivo todos los actores sociales, incluidos el gobierno, los maestros y los padres de familia coinciden en que el conocimiento se ha transformado en el factor más importante para incrementar la competitividad del país. Por ello, uno de los objetivos fundamentales del este Plan Nacional de Desarrollo es fortalecer las capacidades de los mexicanos mediante la provisión de una educación suficiente y de calidad (Gobierno de los Estados Unidos Mexicanos, 2007, p. 182).

No PND 2007-2012 a educação superior assume especial interesse, uma vez que é pensado como a possibilidade para incidir de maneira direta no incremento da produtividade e crescimento econômico do país e suas distintas regiões. Para a estratégia 14.4., associada à meta 3.3. *Transformación educativa* se sugere:

Elevar la pertinencia de la educación superior y potenciar su impacto en el desarrollo regional y nacional. Para lograrlo, es necesario fortalecer los mecanismos de planeación de la educación superior. En esta tarea será necesario considerar, entre otros aspectos, las condiciones socioeconómicas, las aspiraciones y expectativas de los sectores sociales, así como las necesidades actuales y futuras de las economías regionales para configurar los perfiles de egreso y carrera a impartir. Será necesario además conformar cuerpos académicos con el perfil adecuado a la oferta educativa... se fortalecerán los programas de orientación vocacional y se promoverá el acuerdo entre instituciones educativas y el sector productivo... (Gobierno de los Estados Unidos Mexicanos, 2007, pp. 198-199).

Desenvolvimento regional e educação no Plan Nacional de Desarrollo 2013-2018

O PND 2013-2018 se propõe o objetivo geral de “levar o México ao seu máximo potencial”, o que inclui não somente o crescimento econômico, mas também “factores como el desarrollo humano, la igualdad sustantiva entre mujeres y hombres, la protección de los recursos naturales, la salud, educación, participación política y seguridad” (Gobierno de los Estados Unidos Mexicanos, 2013, p. 20). Para isso, fixa cinco metas a serem alcançadas que recriam a imagem de um México em paz, inclusivo, com educação de qualidade, próspero e com responsabilidade global; e acrescenta três estratégias transversais para conquistar o desenvolvimento nacional: “democratizar la productividad, acercar el gobierno a las personas e impulsar la perspectiva de género en todas las instancias de la administración pública (Gobierno de los Estados Unidos Mexicanos, 2013, p. 21).

Na primeira destas estratégias gerais “democratizar a produtividade” se propõe que “las oportunidades y el desarrollo lleguen a todas las regiones, a todos los sectores y a todos los grupos de la población” (Gobierno de los Estados Unidos Mexicanos, 2013, p. 22). Parte-se do reconhecimento de um país fragmentado e desigual e, quanto à educação, sugere ampliar as oportunidades de acesso em todas as regiões, reproduzindo a fórmula que sustenta que quanto maior a escolarização, maior o desenvolvimento.

Na sequência, se faz referência à meta 3 *México con educación de calidad*, na qual se encontram referências pontuais que aludem à forma pela qual se percebe, no PND 2013-2018, a relação desenvolvimento regional-educação.

É recorrente neste documento o conceito de capital humano como sinônimo de incremento do potencial das pessoas para sua incorporação ao mercado de trabalho (ou inclusive para gerar este mercado); os fragmentos que seguem evidenciam isto:

[...] contar con un capital humano preparado, que sea fuente de innovación y lleve a todos los estudiantes a su mayor potencial humano [...] (Gobierno de los Estados Unidos Mexicanos, 2013, p. 22).

[...] incentivar una mayor y más efectiva inversión en ciencia y tecnología que alimente el desarrollo del capital humano nacional, así como nuestra capacidad para generar productos y servicios con un alto valor agregado [...] (Gobierno de los Estados Unidos Mexicanos, 2013, p. 22).

[...] [dirigir] esfuerzos para transitar hacia una Sociedad del Conocimiento. Esto implica basar nuestro futuro en el aprovechamiento intensivo de nuestra capacidad intelectual [...] [por ello se] propone implementar políticas de Estado que garanticen el derecho a la educación de calidad para todos, fortalezcan la articulación entre niveles educativos y los vinculen con el quehacer científico, el desarrollo tecnológico y el sector productivo, con el fin de generar un capital humano de calidad que detone la innovación nacional (Gobierno de los Estados Unidos Mexicanos, 2013, p. 59).

Por outro lado, a explicação do grau de desenvolvimento do país se encontra nas falhas que têm ocorrido no sistema educativo nacional, cujos resultados são insuficientes em comparação com os de outros países nos quais se tem conseguido observar um impacto positivo da educação sobre o desenvolvimento:

[...] El Sistema Educativo deberá perfeccionarse para estar a la altura de las necesidades que un mundo globalizado demanda [...] México ha mostrado avances en los resultados de las pruebas estandarizadas de logro académico [...] Sin embargo seguimos estando en los últimos lugares en comparación con los demás países de la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos [...] (Gobierno de los Estados Unidos Mexicanos, 2013, p. 59).

A falta de un capital humano más desarrollado, históricamente nuestra competitividad ha estado basada en proveer una mano de obra de costo accesible [...] en el mediano plazo debemos aspirar a que la competitividad de nuestra mano

de obra esté basada preponderantemente en su calidad [...] (Gobierno de los Estados Unidos Mexicanos, 2013, p. 59).

[...] únicamente el 7.6% de las patentes gestionadas en el país son solicitadas por mexicanos [...] Este nivel nos ubica en la posición 72 de 145 países en el índice de la Economía del Conocimiento del Banco Mundial, y da cuenta clara de los grandes retos que se deben enfrentar para transitar hacia una economía que pueda basar su crecimiento en el conocimiento y la innovación (Gobierno de los Estados Unidos Mexicanos, 2013, pp. 59-60).

[...] la juventud deberá poder responder a un nuevo ambiente laboral donde las oportunidades de trabajo no sólo se buscan, sino en ocasiones se deben inventar ante las cambiantes circunstancias de los mercados laborales y la rápida transformación económica. Por tanto, es fundamental fortalecer la vinculación entre la educación, la investigación y el sector productivo (Gobierno de los Estados Unidos Mexicanos, 2013, p. 60).

O diagnóstico estabelecido pelo PND 2013-2018 em matéria de educação pondera a expansão da educação básica, que atende 25,9 milhões de alunos, com uma ampliação da cobertura que se acentua graças à queda do número de crianças em idade de cursar este nível. Apesar disto, 32,3 milhões de adultos não concluem a educação básica (38,5% da população maior de 15 anos) e 5,1 milhões deles são analfabetos. Diferentemente do PND 2008-2012, no PND atual a cobertura é apresentada em termos menos otimistas, oferecendo os seguintes números: “sólo 76% de los jóvenes que ingresaron a la primaria terminan la secundaria y sólo 66.3 de los que ingresan a este nivel terminarán la educación media superior. Siguiendo con esta tendencia, la educación superior presenta una cobertura de 29,2%” (Gobierno de los Estados Unidos Mexicanos, 2013, p. 60-61).

Além da forma escolhida para apresentar os dados quantitativos, neste PND, da mesma maneira que no anterior, se admite que o problema educativo é um problema de qualidade e de iniquidade, já que nem todos os habitantes do país têm a possibilidade de acesso a uma escola que conte com ótimas condições para oferecer os serviços educativos (incluindo preparação docente, infraestrutura, equipamento, recursos, ambientes de aprendizagem, entre outros) e, por isso, “la calidad de la educación básica sigue siendo un reto mayor” (Gobierno de los Estados Unidos Mexicanos, 2013, p. 61). O assunto da qualidade educativa está acompanhado das desigualdades sociais, já que

la población de menores ingresos en ocasiones tiene menos posibilidades de acceder a una educación de calidad y concluir de manera satisfactoria sus estudios [y] como existen aún deficiencias en la aplicación de políticas de equidad y calidad, es urgente reducir las brechas... a través de una amplia perspectiva de inclusión que erradique toda forma de discriminación” (Gobierno de los Estados Unidos Mexicanos, 2013, p. 61).

A proposta de elevação da qualidade se estende também à educação superior; entretanto, neste nível se enfatiza a vinculação com as necessidades sociais e econômicas, pelo que se priorizam os cursos que podem ser vinculados diretamente ao setor produtivo, a reorientação da matrícula para áreas de conhecimento não saturadas e mais rentáveis, assim

como o uso de novas tecnologias de informação e comunicação em modalidades de educação aberta e a distância, igualmente como sugeriu o PND 2007-2012. Adicionalmente, se inclui no plano atual o componente da internacionalização da educação superior, entendida como incremento da mobilidade de estudantes e docentes entre instituições localizadas em diferentes países, perante a justificativa da inevitável globalização do conhecimento que caracteriza a sociedade atual.

POLÍTICA DE AVALIAÇÃO: A PANACEIA DA EDUCAÇÃO PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A primeira década do século XXI inicia com propostas de avaliação para dar transparência ao uso dos recursos públicos. Os resultados dos programas que derivam dos PND são submetidos a avaliações escrupulosas que se realizam seguindo metodologias desenhadas *ex professo*. Inclusive, na segunda das três estratégias transversais propostas no PND 2013-2018, “governo próximo e moderno”, se anuncia a necessidade de contar com

mecanismos de evaluación que permitan mejorar su desempeño [del gobierno] y la calidad de los servicios, que simplifique la normatividad y trámites gubernamentales, y rinda cuentas de manera clara y oportuna a la ciudadanía... Las políticas y los programas de la presente administración deben estar enmarcadas en un Gobierno Cercano y Moderno orientado a resultados, que optimice el uso de los recursos públicos, utilice nuevas tecnologías de la información y la comunicación e impulse la transparencia y la rendición de cuentas... (Gobierno de los Estados Unidos Mexicanos, 2013, p. 25).

Além disso, se insiste na medição do desenvolvimento através de indicadores que são

una herramienta para que las dependencias de la Administración Pública Federal puedan mostrar el cumplimiento de las metas nacionales... buscan englobar los temas contenidos en las Metas Nacionales y, en la medida de lo posible, ser una fuente objetiva para la medición del desempeño del gobierno permitan el seguimiento de las acciones del gobierno (Gobierno de los Estados Unidos Mexicanos, 2013, p. 25).

Ao tomar como ponto de partida as leituras que o PND faz da realidade e centrar nas linhas de ação, estratégias e programas que dele derivam, as avaliações, se concentram no cumprimento dos objetivos e metas traçadas. Os argumentos subjacentes a estes objetivos permanecem inquestionáveis e se reproduzem constantemente, ainda que o formato de apresentação do documento possa variar.

Para nos aproximarmos dos resultados da política pública orientada para o âmbito educativo, neste tópico se revisam os relatórios do *Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social* (Coneval).

O Coneval se apresenta como um “organismo público descentralizado de la Administración Pública Federal, con autonomía y capacidad técnica para generar información

objetiva sobre la situación de la política social y la medición de la pobreza en México, que permita mejorar la toma de decisiones en la materia” (CONEVAL, 2015, s/p).

O trabalho que realiza este organismo se sustenta na *Ley General de Desarrollo Social* e utiliza, para suas avaliações, uma metodologia de medição multidimensional que leva em conta ao menos os seguintes indicadores: rendimento *per cápita*, atraso educativo, acesso a serviços de saúde e previdência social, qualidade das residências e seu acesso aos serviços, alimentação e grau de coesão social (CONEVAL, 2010).

Levando em conta o anteriormente referido, neste tópico se faz referência às avaliações realizadas pelo Coneval sobre os programas orientados à melhora da educação no México, os quais se anunciam nos PND, comparando os indicadores e dados proporcionados pelo *Informe de pobreza multidimensional, 2008* (publicado em 2010), o *Informe de evaluación de la política de desarrollo social en México 2012* e o *Informe de evaluación de la política de desarrollo social en México 2014* (publicado em 2015).

Educación e desigualdades regionales no México: evaluación de 2008

O *Informe de pobreza multidimensional, 2008* oferece resultados acerca da medição multidimensional da pobreza no México, o qual inclui o bem-estar econômico, os direitos sociais e o contexto territorial. O tema da educação é abordado no espaço destinado aos direitos sociais (CONEVAL, 2010).

De acordo com a metodologia proposta pelo Coneval, “una persona se encuentra en pobreza multidimensional si no tiene garantizado el ejercicio de al menos uno de sus derechos para el desarrollo social, y sus ingresos son insuficientes para adquirir los bienes y servicios que requiere para satisfacer sus necesidades (2010, p. 24)”. Os direitos sociais considerados são os seguintes: acesso à educação, acesso aos serviços de saúde, acesso à previdência social, qualidade e espaços da residência, acesso a serviços básicos na moradia, acesso à alimentação.

A análise das desigualdades regionais mostra que as três localidades com maior porcentagem de pobreza no México, em 2008, foram Chiapas (76,7%), Guerrero (68,2%) e Puebla (64%), cujos indicadores contrastam com os de Baja California Sur (que apresenta 21,1%), Nuevo León (que apresenta 21,5%) e Baja California (que apresenta 26,3%). Em geral, “casi en una tercera parte de los estados, la mayor parte de la población era pobre multidimensional” (CONEVAL, 2010, p. 15).

Quanto à média de deficiências, os índices mais altos se apresentaram em Chiapas (com 3,1), em Guerrero (com 3,4) e em Oaxaca (com 3,5); em contraste, os menos elevados se apresentaram em Aguascalientes (1,9), Baja California (2,2) e Baja California Sur (2,3). Em nível nacional, a média é de 2,69 deficiências (CONEVAL, 2010, p. 16).

Especificamente sobre o tema de atraso educativo, a avaliação realizada em 2008 pelo Coneval localizou 21,7% das pessoas (23,16 milhões) apresentando atraso educativo no México. Este indicador foi superado pela carência de acesso a serviços de saúde (que afetava 40,7% das pessoas) e de acesso a serviços de previdência social (que afetava 64,7% das pessoas) (CONEVAL, 2010). O que continua colocando o tema da educação como um assunto prioritário a ser atendido pela política pública, ainda que no relatório da avaliação se mencione que

los indicadores de las dimensiones de vivienda y rezago educativo son los que menos aportan a la intensidad de la pobreza nacional; el resultado referido a educación se debe a que en los últimos años se han tenido grandes avances en esta materia; a pesar de ello, alrededor de diez por ciento e la población de cada entidad no cuenta con educación básica (Coneval, 2010, p. 51).

De acordo com a metodologia implementada para a avaliação da pobreza, se considerou que uma pessoa se encontra em atraso educativo quando

tenía de tres a quince años, no contaba con la educación básica obligatoria y no asistía a un centro de educación formal: b) había nacido antes de 1982 y no contaba con el nivel de educación obligatoria vigente en el momento que en que debía haberla cursado (primaria completa); c) había nacido a partir de 1982 y no contaba con el nivel de educación obligatoria (secundaria completa (Coneval, 2009, em Coneval, 2010, p. 57).

As localidades que apresentam mais de 30% de sua população em condição de atraso educativo foram Chiapas, Michoacán e Oaxaca; as que apresentaram uma porcentagem inferior (menor a 15%) foram o Distrito Federal, Coahuila e Nuevo León. Uma das conclusões a que chega o Coneval neste relatório sustenta que

en el sur del país se concentran las entidades con mayores porcentajes con esta carencia.. y son estados con alta proporción de población indígena. Por el contrario, en el norte del país se aprecian los niveles más bajos de rezago... Si bien la desigualdad territorial del rezago educativo es marcada entre el sur y el norte, se debe resaltar que tres cuartas partes del total de las entidades tienen menos de 25 por ciento de población con rezago educativo (CONEVAL, 2010, p. 57).

Educação e desigualdades regionais no México: avaliação de 2012

O *Informe de evaluación de la política de desarrollo social en México 2012* toma como base os objetivos apresentados no PND 2007-2012 em matéria de educação: “reducir las desigualdades regionales, de género y entre grupos sociales... Aumentar la calidad de la educación [y] promover a educación integral de las personas en todo el sistema educativo” (CONEVAL, 2012, p. 111).

Os resultados da avaliação sobre o indicador de atraso educativo apresentados neste relatório do Coneval se agrupam em seis seções. Na primeira se expõe um diagnóstico no qual se volta a ressaltar as diferenças educativas que correspondem às diferentes condições presentes nas regiões do país, insistindo que “los principales retos en la educación básica se

encuentran en la calidad educativa y su inequidad” (CONEVAL, 2012, p. 112) e para explicar por que a elevação da cobertura não teve o impacto esperado no desenvolvimento econômico se anota que “la calidad educativa predice de mejor forma el éxito económico de un país que el número de años de educación” (OCDE, 2010, em CONEVAL, 2012, p. 113).

Os dados revelados neste relatório referendam as desigualdades educativas colocando no Sul do país os maiores problemas. “En 2011, el porcentaje de estudiantes de Primaria con logro insuficiente en matemáticas fue del 41.3 por ciento en Oaxaca, 22.6 en Chiapas, 21.7 en San Luis Potosí y 21 en Guerrero” (OCDE, 2010, em CONEVAL, 2012, p. 114). O número de alunos que têm uma idade de ao menos dois anos a mais que a estabelecida para cursar uma série escolar “llega a ser del 11.9 por ciento en Guerrero, 10.6 por ciento en Chiapas y 10.3% por ciento en Oaxaca” (INEE, 2012, em CONEVAL, 2012, p. 115).

Na educação média superior e superior os desafios são a cobertura insuficiente e a desigualdade no acesso. Com respeito a esta última “las tasas de absorción de la licenciatura universitaria son superiores al 80 por ciento en los estados con mejor nivel de vida del país y entre el 40 y el 50 por ciento en los más pobres (SEP, 2011, em CONEVAL, 2012, p. 116).

Na segunda seção se menciona que em 2011 o Governo Federal impulsionou 82 programas relacionados com serviços educativos, 32 dos quais foram avaliados para testar sua consistência; e na terceira seção se analisa o gasto destinado aos mesmos. Na quarta seção são analisados dois fundos: um destinado à educação básica e o outro à educação tecnológica e de adultos. Na quinta seção são apresentados resultados obtidos em alguns programas. E na sexta se conclui sobre os resultados das políticas públicas aplicadas para diminuir o atraso educativo. Entre estes últimos se destaca uma redução importante do atraso educativo durante as décadas de 1990 a 2010 e em menor medida entre 2008 e 2010; quanto ao gasto destinado ao atendimento dos problemas educativos se observa um incremento de 9,1 pontos percentuais em 2011 com relação a 2008. O programa Escolas de tempo integral se destaca nas avaliações pelos resultados obtidos, mas se esclarece que uma grande proporção de programas ainda não foi avaliada.

Educación e desigualdades regionales no México: evaluación de 2014

O *Informe de evaluación de la política de desarrollo social en México 2014* (publicado em 2015) se baseia nos direitos sociais e apresenta 1.504 avaliações de programas, ações e políticas desenvolvidas entre 2007 e junho de 2014; seu objetivo é “hacer una evaluación general de la política de desarrollo social en este periodo mediante una aproximación al contexto y las posibilidades de medición de los derechos sociales y del ingreso [...]” (CONEVAL, 2015, p. 13). A apresentação deste documento consta de três partes. Na primeira se estabelece o diagnóstico que toma como ponto de partida o exercício dos direitos sociais (à alimentação, à educação, a um meio ambiente saudável, a não discriminação entre grupos vulneráveis, à saúde, à previdência social, ao trabalho, à moradia, e a renda suficientes), proporcionando informação sobre o avanço conquistado em cada um destes aspectos até o ano de 2012; a segunda apresenta os resultados da avaliação realizada

sobre as políticas de desenvolvimento social e a terceira, a avaliação específica da Cruzada Nacional contra a Fome 2013-2019.

É na segunda parte onde se situam as concepções em torno da relação desenvolvimento regional-educação e, ainda que o relatório rompa com a estrutura setorial de apresentação dos resultados, é possível encontrar as concepções que vêm se reiterando nos PND e nos relatórios anteriores. Esta seção está dividida em avanços e desafios; entre os primeiros, destaca o exercício de uma política social com visão de direitos, uma maior coordenação conquistada entre as instituições envolvidas no exercício das políticas de desenvolvimento social, a adequação dos programas para que incidam no exercício dos direitos e o incremento da produtividade dos lares, as reformas estruturais e os avanços em matéria de avaliação.

No subitem que se refere à adequação dos programas para que incidam no exercício dos direitos e no incremento da produtividade dos lares se recupera a análise dos fatores que obstaculizam o crescimento e a democratização da produtividade: uso eficiente dos fatores (mercado, crédito, produção, meio ambiente); os problemas que inibem a produtividade das pessoas (entre os quais situam os problemas do sistema educativo nacional como o baixo investimento em capital humano, a baixa qualidade educativa, a pouca ou inadequada capacitação, o baixo investimento em pesquisa e desenvolvimento, assim como o acesso limitado às tecnologias); as fragilidades institucionais (sobre-regulação, falta de segurança jurídica, concentração de mercados e deficiências de infraestrutura); e as brechas setoriais e regionais (divergências de produtividade entre estados, disparidades no acesso a mercados, obstáculos ao câmbio em setores tradicionais) (CONEVAL, 2015).

Neste esquema, que pretende apresentar uma visão integral do desenvolvimento, segue prevalecendo a ideia da educação como culpada pelos problemas que inibem a produtividade.

Entre os desafios apresentados neste relatório, ressaltam a necessidade de definir com maior clareza o acesso aos direitos sociais, a presença de renda familiar reduzida, o baixo incremento da qualidade dos serviços básicos em comparação com o aumento de sua cobertura, os resultados inadequados obtidos com a aplicação dos programas produtivos, a dispersão dos programas de desenvolvimento social e novos desafios que serão enfrentados pelas avaliações futuras.

O subitem que explica como a qualidade dos serviços básicos não tem crescido como a cobertura, se dedica aos temas educação e saúde. No assunto que nos ocupa neste trabalho, a educação, se reitera a afirmação que já se havia plasmado nos documentos oficiais revisados previamente: “la presencia de altos niveles de desigualdad en la distribución de recursos educativos en el país” (CONEVAL, 2015, p. 99). Evidência disto são os resultados das provas PISA, os quais sinalizam que o “México tiene bajos indicadores en las competencias básicas de matemáticas y mala distribución de recursos monetarios dedicados a la educación” (CONEVAL, 2015, p. 99); e a esta conclusão se chega apesar de que a pontuação obtida pelos estudantes no país tenha apresentado alguns incrementos: de 386,8

pontos obtidos pela amostra de alunos examinados no México que contavam com 15 e 16 anos, a 404,2 em 2006, 419 em 2010 e 413 em 2012, colocando o país no lugar 31 de 32 membros da OCDE no ano 2000, e no lugar 53 de 65 membros no ano de 2012.

No relatório do Coneval publicado em 2015, modifica-se o formato, mas continuam sendo reproduzidas as imagens que se têm mantido por anos nas políticas públicas dirigidas à educação.

CONCLUSÕES

No livro *Investigación y políticas educativas*, organizado por Carlos Ornelas no ano 2001, foi incluído um trabalho atualizado de Víctor Urquidi, o qual foi produto de uma palestra proferida em 1994, no Instituto Internacional de Planejamento da Educação da UNESCO, quando o autor afirmava:

Hace unos 60 años se empezó a hablar de planeación de la educación. La planeación se volvió una palabra mágica... [hoy] se debe cuestionar qué tanto de lo que se hace o deba hacerse se reduce simplemente a alcanzar metas que otros países han alcanzado porque los esfuerzos no han sido suficientes. Debe preguntarse qué tanta planeación educativa es solamente expansión numérica... Las estadísticas son engañosas y por desgracia se usan en las esferas públicas, los medios de comunicación y hasta en ciertos círculos académicos sin el mayor análisis[...] (2001, pp. 290-291).

Pouco mais de três lustros depois disto, continuamos com a mesma pergunta. Cada vez temos melhores instrumentos de medição, mas parece que as medições continuam revelando o mesmo: é necessário um desdobramento técnico como o que se faz em cada proposta de formulação e avaliação das políticas públicas para que estas sejam mais eficientes? Se as metodologias desenhadas e os formatos ensaiados em cada documento oficial continuam evidenciando o mesmo, não se deveria pensar em outros mecanismos de comunicação das políticas públicas? Alguns teóricos das políticas públicas

han asistido a la explosiva dilatación de la intervención estatal, han escuchado las mejores razones de justicia y asistencia para fundamentarla, han visto crecer programas, empleados públicos, regulaciones e impuestos, pero han contemplado inesperadamente los muchos y repetidos fracasos de las políticas, que han dejado sin respuesta a los problemas y, más bien, los han enredado y agudizado... el error y la ineficiencia decisional de las políticas son tan obvios que tiene poco sentido repetir sustancialmente el mismo esquema de análisis y toma de decisiones. Aprender de los errores lleva a explorar otros caminos... (AGUILAR VILLANUEVA, 1992b, pp. 69-70).

Talvez este seja o momento de pensar as práticas que se geram em torno da formulação e avaliação das políticas públicas e na possibilidade de construir outros caminhos.

REFERÊNCIAS

- AGUILAR VILLANUEVA, Luis F. Estudio introductorio. In: **EL ESTUDIO de las políticas públicas**. México: Miguel Ángel Porrúa. p. 15-74, 1992a.
- AGUILAR VILLANUEVA, Luis F. Estudio introductorio. In: **LA HECHURA de las políticas públicas**. México: Miguel Ángel Porrúa. p. 15-84, 1992b.
- ANGENOT, Marc. **Interdiscursividades**: de hegemonías y disidencias. Argentina: Universidad Nacional de Córdoba, 1998.
- CONEVAL. **Coneval ¿quiénes somos?** 2015. Disponível em: <<http://www.coneval.gob.mx/QUIENESSOMOS/Paginas/Quienes-Somos.aspx>>. Acesso em: 31 ju. 2015.
- CONEVAL. **Informe de pobreza multidimensional, 2008**. México: Coneval, 2010.
- CONEVAL. **Informe de evaluación de la política de desarrollo social en México 2012**. México: Coneval, 2012.
- CONEVAL. **Informe de evaluación de la política de desarrollo social en México 2014**. México: Coneval, 2015.
- ELLIOTT, John. La reforma educativa en el estado evaluador. **Perspectivas**, v.32, n.3, set. 2002.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. **La globalización imaginada**. México: Paidós, 1999.
- GINSBURG, Leslie B. y URIBE VILLEGAS, Óscar. Significado del Término Región. **Revista Mexicana de Sociología**, v.20, n.3, p. 781-789., set./dez. 1958.
- GOBIERNO DE LOS ESTADOS UNIDOS MEXICANOS. **Plan nacional de desarrollo 2007-2012**. México: Poder Ejecutivo Federal, 2007.
- GOBIERNO DE LOS ESTADOS UNIDOS MEXICANOS. **Plan nacional de desarrollo 2013-2018**. México: Gobierno de la República, 2013.
- MEDINA ECHAVARRÍA, José. **Filosofía, educación y desarrollo**. México: Siglo XXI, 1967.
- NOLASCO, Margarita. **Atlas etnográfico. Los pueblos indígenas de Chiapas**. México: INAH, 2008.

SCHUTZ, Theodore. **Valor económico de la educación**. México: Uteha, 1968.

URQUIDI, Víctor L. Educación y globalización: algunas reflexiones. In: **INVESTIGACIÓN y política educativas**: ensayos en honor de Pablo Latapí. México: Santillana. 2001. p. 287-307.